

**Ata da 9ª Reunião do Conselho de Gestão do PNTI
Castelo Branco, 28 de março de 2018**



Ao vigésimo oitavo dia do mês de março de 2018, reuniu, pelas 11h00, no Centro de Empresas Inovadoras, na Av. do Empresário, 6000-767 Castelo Branco, o Conselho de Gestão do Parque Natural do Tejo Internacional, adiante designado por Conselho, órgão previsto no Protocolo "Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa no Parque Natural do Tejo Internacional - PNTI".



Participaram na reunião S. Exa. a Sra. Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza (SEOTCN), coadjuvada pela Eng.ª Ana Cerdeira e pelo Eng.º Normando Ramos, o Município de Vila Velha de Rodão, representado pelo Presidente, Dr. Luís Pereira, o Município de Idanha-a-Nova, representado pelo presidente, Eng.º Armindo Jacinto, coadjuvado pelo Eng.º Manuel Monteiro, o Município de Castelo Branco, representado pelo Eng.º Luís Andrade, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), representado pelo Eng.º Viriato Garcês, coadjuvado pelo Eng.º João Carvalhinho, a Associação Empresarial da Beira Baixa, representada pelo Presidente José Gameiro, coadjuvado pela Dra. Sónia Azevedo, o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), representado pelo Eng.º Celestino Almeida, e a Quercus-Associação Nacional de Conservação da Natureza, representada pelo Eng.º Samuel Infante.

Presidência e secretariado na reunião

A reunião foi presidida S. Exa. a Sra. Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza (SEOTCN) e secretariada pela Assessora e Coordenadora Técnica do Projeto Piloto do PNTI, Eng.ª Madalena Martins.

Ordem de Trabalhos

Da presente reunião fez parte a seguinte Ordem de Trabalhos:

1.º Ponto– Informações;

2º Ponto- Apresentação e aprovação do Plano de Valorização 2018-2022;

3º Ponto- Consulta pública do Plano de Valorização 2018-2022;

4º Ponto- Financiamento do Plano de Valorização 2018-2022;

5º Ponto- Apoio de especialidade da Federação EUROPARC para a implementação do Projeto Piloto do PNTI (modelo de gestão);

6º Ponto- Calendarização dos próximos passos;

7º Ponto- Outros assuntos.

Deu-se início à reunião com a saudação da Sra. SEOTCN a todos os presentes, agradecendo a sua comparência.

Ponto prévio- Apreciação da ata da 8.ª Reunião do Conselho de Gestão do PNTI

Os elementos presentes na reunião foram questionados no sentido darem indicação se tinham recebido a ata da reunião anterior e se sobre a mesma tinham alguma consideração a fazer. Na ausência de novos comentários foi a mesma considerada aprovada.

1.º Ponto – Informações

A Sra. SEOTCN deu nota de que o Ministério do Ambiente, em conjunto com o ICNF delinearam um Projecto-piloto para o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) que incluía as seguintes acções: o restauro e valorização dos habitats presentes, reforço da comunicação (instalação de oito antenas), dotação do ICNF de meios humanos (contratação de 10 equipas do Corpo Nacional de Agentes Florestais [CNAF]). Informou que, no seguimento da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 167/2017, de 2 de novembro, no sentido de replicar o bom resultado das soluções em execução no PNPG delinearam-se um conjunto de acções para 5 áreas protegidas, 2 atingidas por fogos durante o ano de 2017: o Parque Natural do Douro Internacional e o

Monumento Natural das Portas de Ródão e com um carácter preventivo em 3 outras áreas: Parques Naturais do Tejo Internacional e de Montesinho e a Reserva Natural da Serra da Malcata. Em particular no PNTI irão implementar-se acções de prevenção, restauro de habitats e apostar na prevenção. Foram apresentadas candidaturas ao POSEUR no sentido de financiar estas acções.

A Sra. SEOTCN referiu ainda que a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade será aprovada em breve e que um dos aspetos que considera fundamentais é a remuneração/valoração dos serviços dos ecossistemas. Nesse sentido está a decorrer um estudo, desenvolvido por um consórcio de universidades, em duas áreas protegidas: Parque Natural do Tejo Internacional e Paisagem Protegida da Serra do Açor. Nesse sentido irão ser investigados quer remunerações mais particulares, quer instrumentos financeiros de cariz mais macro. Irá decorrer uma primeira reunião de exploração e de visitas *in loco*, com a equipa responsável por este estudo, nos dias quatro e cinco de abril.

A Sra. SEOTCN informou ainda que se entendeu que o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito do Projeto Piloto deve ser avaliado por uma entidade externa, concretamente a Federação EUROPARC, a qual deverá emitir recomendações para o seu aperfeiçoamento, tendo em vista uma futura aplicação à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

A Sra. SEOTCN deixou uma recomendação aos membros do Conselho de Gestão que nesta fase sejam menos formais e mais substantivos e, não obstante o veiculado no da Plano de Valorização, em vez do enfoque ser na definição do “Plano de Ação” se promovam e concretizem “Ações para”.

O representante do ICNF (Viriato Garcês) indicou que no seguimento da RCM nº 167/2017, foi direccionado cerca de um milhão de euros para as seguintes medidas: reconversão de 460ha de eucaliptal, prevenção estrutural e vigilância: criação de faixas de gestão e controlo de espécies invasoras e exóticas, restauro e conservação de habitats prioritários (intervenção numa área pertencente à Altri para plantação de azinheiras).

O representante do município de Idanha-a-Nova (Armindo Jacinto) indicou que o município está implicado e apoia o Projeto Piloto. Defende que os resíduos provenientes da limpeza das florestas devem ser estilhaçados em detrimento das queimas e apela que se verifique se é possível a aquisição de alguns equipamentos no âmbito da aplicação da RCM 167/2017.

O representante do município de Vila Velha de Ródão (Luís Pereira) pediu esclarecimentos relativamente à aplicação da Resolução do Conselho de Ministros nº167/2017 ao Monumento Natural das Portas de Ródão.

O representante do ICNF (Viriato Garcês) e o Eng.º Normando Ramos informaram que da RCM167/2017 de 2 de Novembro vão ser aplicadas ao Monumento Natural das Portas de Ródão, as seguintes medidas:

2.3. Restauro e conservação de habitats prioritários especialmente de azinhais, zimbrais e formações ripícolas, numa área com cerca de 100ha.

2.6. Equipas e equipamentos para complementar a acção do corpo nacional de agentes florestais.

Estas medidas serão implementadas pelo ICNF, com o apoio dos municípios de Nisa e Vila Velha de Ródão, e foram alvo de candidaturas ao POSEUR.

No caso da medida 2.3, foi solicitado que o projecto tenha a duração de 3 anos (normalmente são 2) devido às dificuldades associadas à germinação das sementes de zimbro.

Já foram identificadas as parcelas e os proprietários das áreas ardidas, quer do município de Vila Velha de Ródão, quer no de Nisa. As acções de restauro são de estabilização associada à erosão.

2º Ponto - Apresentação e aprovação do Plano de Valorização 2018-2022

Foi apresentado, pela Eng.ª Madalena Martins, a proposta do Plano de Valorização 2018-2022 (Anexo I).

Os elementos do Conselho de Gestão foram convidados a dar os seus contributos, no sentido de indicarem quais as acções que consideram mais relevantes para terem início já em 2018 no âmbito do Plano de Valorização.

O representante do município de Vila Velha de Ródão (Luís Pereira) referiu a importância de ser agendada uma reunião com os 3 presidentes de Câmara. Salientou a importância da Comunicação, que pode desde já começar a ser trabalhada, a marca Natural.pt e o plano de sinalização do PNTI.

O representante do município de Idanha-a-Nova (Armindo Jacinto) salientou a adesão das empresas à marca Natural.pt, o Plano de Comunicação, o plano de formação, com acções dirigidas à internacionalização, o empreendedorismo e a inovação. Evidenciou a importância da sinalética e da dinamização dos centros de interpretação, nomeadamente aos fins-de-semana e feriados. O plano de comunicação deve envolver a comunicação (interna e externa- imprensa, redes sociais) e a sinalética. Sugeriu a empresa Bloomconsulting para colaborar na elaboração do caderno de encargos do projetos referente ao Plano de Comunicação.

O representante do IPCB (Celestino Almeida) referiu que, na fase de planeamento, poderá reunir uma equipa multidisciplinar composta por docentes do IPCB das áreas da Gestão, Artes Aplicadas e Conservação da Natureza, que poderão elaborar o caderno de encargos para implementação da medida 1.1. *Elaborar e implementar um plano de comunicação para o PNTI a nível local, nacional e internacional* e da medida 3.2. *Melhorar a sinalética do PNTI e delimitar e sinalizar os percursos pedestres existentes*. Esta mesma equipa poderá ser a que acompanhará a entidade que implementará as acções referentes a estas duas medidas. Disponibilizou igualmente o *staff* do IPCB para implementar a medida 1.2. *Criar um diagnóstico social relativamente à identidade do PNTI*.

O representante da Quercus (Samuel Infante) mencionou a importância da melhoria do habitat e construção de cercados para coelhos, referiu que é importante melhorar questão dos pareceres e a resolução do problema das carcaças dos animais que morrem no campo em áreas consideradas remotas pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). Há expectativa por parte dos proprietários para a recolha de cadáveres e é necessário definir um mecanismo e meios afetos ao desafio.

Foi referido que no dia 6 de abril irá decorrer uma reunião do Grupo de Trabalho da Conservação da Natureza e Gestão Cinegética, durante a qual serão delineadas as acções a ser apresentadas ao Conselho de Gestão.

A interlocutora da AEBB (Sónia Azevedo) referiu que a Associação Empresarial está a candidatar um conjunto de acções de formação ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE e que irá incluir nesta candidatura a medida 4.4. *Promover ações de formação para capacitação dos atores chave*, de forma a compatibilizar as atividades socioeconómicas com os objetivos de conservação da natureza.

A Sra. SEOTCN propôs então que as medidas prioritárias para 2018 sejam as seguintes:

Medida 1.1.	Elaborar e implementar um plano de comunicação para o PNTI a nível local, nacional e internacional
Medida 2.2.	Elaborar e implementar um plano de ação que compatibilize, de forma equilibrada, a gestão cinegética e a conservação da natureza
Medida 3.2.	Melhorar a sinalética do PNTI e delimitar e sinalizar os percursos pedestres existentes
Medida 3.3.	Promover a adesão à marca Natural.PT

Para estas medidas a Sra. SEOTCN solicitou, que num prazo de 1 semana, os parceiros deste Projeto Piloto apresentassem os respetivos projetos, nomeadamente a respetiva descrição, planeamento e estimativa orçamental.

A proposta de Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) para o período 2018-2022 foi aprovada por unanimidade com reserva relativamente ao orçamento. As medidas prioritárias para 2018 tiveram também a concordância de todos os parceiros do Conselho de Gestão.

3º Ponto – Consulta pública do Plano de Valorização 2018-2022;

Ficou decidido que a proposta do Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) para o período 2018-2022 será colocado em consulta pública entre os dias 5 e 30 de abril de 2018. A consulta pública estará disponível nas páginas *web* dos sete parceiros do projecto piloto e estará também disponível em formato papel nas Juntas de Freguesia (JF) e Uniões de Freguesia (UF) da área de influência do PNTI: JF Castelo Branco, UF Cebolais de Cima e Retaxo, JF Malpica do Tejo, JF Monforte da Beira, UF Monfortinho e Salvaterra do Extremo, JF Perais, JF Rosmaninhal e UF Zebreira e Segura e poderá ser consultado durante o horário de expediente das respetivas Juntas e Uniões de Freguesia. Todos os contributos no âmbito do processo de consulta pública, deverão ser remetidos através da ficha de participação disponível *online* ou remetê-la para copnti.geral@icnf.pt.

A apresentação pública da proposta Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) para o período 2018-2022 irá decorrer no próximo dia 18 de abril de 2018, em Vila Velha de Ródão, enquadrada na celebração de um ano de existência do Projeto Piloto. Nesta sessão pública esta prevista a realização de mesas redondas para discussão do veiculado na proposta do Plano de Valorização.

4º Ponto - Financiamento do Plano de Valorização 2018-2022;

Foram levantadas, pelos parceiros, algumas questões relativamente ao financiamento das medidas que irão ser implementadas no âmbito do Plano de Valorização.

A Sra. SEOTCN questionou onde estão os projectos referentes às medidas do Plano de Valorização. É necessário transformar as medidas em projectos com acções que podem ser interpretados como sinais, pelo Ministério do Ambiente, para que este apoie esses mesmos projectos.

5º Ponto- Calendarização dos próximos passos

Foi apresentada uma proposta de calendarização para os próximos passos para o trimestre de março a maio de 2018, tendo sido acordado o seguinte:

	março	abril	maio
1. Reuniões do Conselho de Gestão	14/28	18	22
2. Reuniões com presidentes de Junta de Freguesia	14, 22, 29	4, 11	
3. Conclusão da proposta do Plano de Valorização 2018-2022	21		
4. Validação da proposta de Plano de Valorização 2018-2022 pelo Conselho de Gestão	28		
5. Reunião entre 3 municípios (discutir medidas 1.1; 1.2; 1.4; 3.1; 3.2; 3.5; 3.6; 4.1)	28		
6. Aprovação da proposta Plano de Valorização 2018-2022 pelo Conselho de Gestão	28		
7. Consulta pública da proposta Plano de Valorização 2018-2022		5 a 30	
8. Conclusão de inquéritos on-line com identificação de constrangimentos	31		
9. Conclusão do <i>design</i> (responsáveis, orçamento, financiamento) para implementação das ações prioritárias do Plano de Plano de Atuação 2018		10	
10. Conclusão do relatório do inquérito on-line		11	
11. Versão final Plano de Valorização 2018-2022 (com resultados finais do inquérito e ponderação da Consulta Pública)			31
12. Aprovação e assinatura do Plano de Valorização 2018-2022 pelo Conselho de Gestão		18	

13. Apresentação da estrutura do inquérito dirigido a turistas		18	
14. Apresentação dos dados dos inquéritos realizados		18	
15. Apresentação pública e debate da proposta do Plano de Valorização		18	
16. Elaboração de relatório trimestral das atividades do Projeto Piloto (para o Fundo Ambiental)		30	
17. Reuniões de Direção			2

6º Ponto- Outros assuntos

E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a 9ª reunião do Conselho de Gestão do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional, pelas 13h30.

O Presidente do Conselho de Gestão



Luís Pereira, Dr.

O Município de Idanha-a-Nova



Armindo Jacinto, Eng.º

P'lo Município de Castelo Branco



Luís Andrade, Eng.º

(Em representação de) Luís Correia, Dr.

O Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

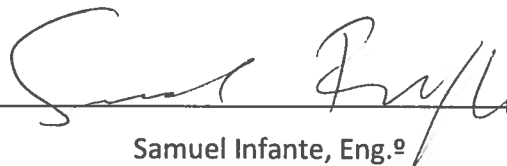
Viriato Garcês, Eng.º

A Associação Empresarial da Beira Baixa



José Gameiro, Sr.

A Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza



Samuel Infante, Eng.º